



IX SEMANA DE ECONOMIA

Incertezas e Transformações:
Desafios e Perspectivas da Economia no Século XXI

26 a 29 de Novembro

Governador Valadares

**ANAIIS
IX SEMANA DE ECONOMIA
UFJF - GV**

Volume 4, Número 1
Novembro de 2024
ISSN: 2675-3278

ufjf | CAMPUS GV

Organizadores
Amanda Ferrari Uceli
Luiz Antônio de Lima Junior
Thiago Costa Soares

ANAIS DA IX SEMANA DE ECONOMIA – UFJF-GV

Volume 4 / Número 1
ISSN: 2675-3278

Governador Valadares
2024

AUTOR CORPORATIVO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Campus Governador Valadares

Rua São Paulo, 745 - Centro

Governador Valadares/MG - CEP: 35010-180

CORPO EDITORIAL

Prof. Dra. Amanda Ferrari Uceli

Prof. Dr. Luiz Antônio de Lima Junior

Prof. Dr. Thiago Costa Soares

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Prof. Dr. Thiago Costa Soares

ORGANIZAÇÃO

Prof. Dr. Thiago Costa Soares

FICHA CATALOGRÁFICA

S471a

Semana de Economia – UFJF-GV (9. : 2024 : Governador Valadares, MG)

Anais da 9ª Semana de Economia - UFJF-GV: [recurso eletrônico] /
Organização: Amanda Ferrari Uceli, Luiz Antônio de Lima Junior,
Thiago Costa Soares. - Governador Valadares: [s.n], 2024.
v. 4.

Inclui referências.

ISSN: 2675-3278.

Disponível em: www.ufjf.br/semecogv

I. Economia - Eventos. I. Uceli, Amanda Ferrari. II. Lima Junior, Luiz
Antônio de. III. Soares, Thiago Costa. IV. Título.

CDU: 33

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca UFJF/GV

Welerson Gregório Macieira – CRB6 2627

SUMÁRIO

GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	1
PASS-THROUGH CAMBIAL E DINÂMICA DE PREÇOS NO E-COMMERCE BRASILEIRO.....	3
RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE REGIONAL.....	5
UMA ANÁLISE DOS EPISÓDIOS DE DESANCORAGEM DAS EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL	7
MEDIDAS TBT E SPS E O DESEMPENHO DOS PAÍSES NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR.....	9



GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Erick Iago Souza de Oliveira

Graduando em Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *Campus* Governador Valadares. E-mail: erickiago23@gmail.com.

Débora Chaves Meireles

Professora do Departamento de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *Campus* Governador Valadares. E-mail: debora.meireles@ufjf.br.

INTRODUÇÃO: A sociedade, em sua plena natureza, carrega consigo traços que impelem uma segregação, causando desigualdade entre raças, gêneros e rendas. No Brasil, sua história demonstra inúmeros casos de desigualdade, com destaque em relação ao mercado de trabalho. As mulheres, ao longo das décadas, enfrentaram um sistema patriarcal que as limitava por meio de padrões impostos, barrando-as de um futuro crescimento. Durante muito tempo, seu papel era ser "mãe e mulher do lar". Com o avanço de meios preventivos e a necessidade de complementar a renda, houve uma crescente participação na integração ao ensino superior e, conseqüentemente, no mercado de trabalho (Pinheiro, Galiza e Fontoura, 2011, p. 45). Entretanto, Bruschini (2007) destaca que os cursos e as ofertas de empregos que foram sendo ocupados majoritariamente são taxados como áreas tipicamente "femininas", como as da saúde.

OBJETIVOS: O objetivo do projeto de pesquisa é analisar as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho formal. Mesmo com o avanço dos direitos no mercado de trabalho, por que ainda há e o que ocasiona a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho?

METODOLOGIA: Para realização desta pesquisa, os dados obtidos foram retirados da CVM e da Economática, que são responsáveis pela disponibilização das empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo assim todas possuem o seu capital aberto. Por meio dos dados fornecidos, foram analisadas duas variáveis, relacionadas com a proporção de mulheres nos cargos de CEO e conselheira das empresas da B3. A amostra coletada, refere-se ao período do ano de 2023. Ademais, as empresas da B3 possuem uma característica que levou a serem escolhidas, a sua transparência, dando acesso aos seus lucros e permitindo analisar sua gestão financeira.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ESPERADOS: A pesquisa evidencia que, apesar dos avanços nas últimas décadas, a desigualdade de gênero ainda é uma realidade no mercado de trabalho formal brasileiro, especialmente nas empresas de capital aberto. A presença de mulheres em cargos de liderança, como CEOs e conselheiras, permanece significativamente baixa, reforçando a segregação ocupacional e limitando o avanço das mulheres em setores de maior prestígio. As empresas que adotam programas como Empresa Cidadã, referente a extensão da licença-maternidade, apresentam uma menor proporção de mulheres em cargos executivos, o que sugere uma discriminação persistente. Além de que, as empresas que possuem os cargos com maior ocupação feminina, são as que pertencem aos ramos considerados tipicamente femininos.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Este estudo oferece uma visão crítica sobre as estruturas que perpetuam a desigualdade e indica a necessidade urgente de políticas públicas e empresariais que promovam a equidade de gênero. O cenário atual



das empresas de capital aberto, apontam falhas na igualdade de gênero no mercado empresarial, tendo um baixo índice em relação à contratação de mulheres em cargos de importância. Os resultados reforçam as ideias de outros estudos citados ao longo desta pesquisa, pois as áreas que possuem maior contratação, são as caracterizadas como tipicamente femininas. As evidências, apontam para uma possível discriminação sobre as mulheres, pois as empresas que participam do programa empresa cidadã, em relação a cargos de CEO, possuem uma menor contratação, quando comparado as que não aderiram. Ao identificar as barreiras que limitam a participação feminina em posições de poder, o estudo serve como um ponto de partida para futuras intervenções que possam reduzir essas disparidades e criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo para as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYCYQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2023.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com estas tensões. In: BONETTI, A.; ABREU, M. A. **Faces da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil**. Brasília: 2011, p. 45–60. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3092/1/Livro_Faces%20da%20desigualdade%20de%20g%C3%AAnero%20e%20ra%C3%A7a%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023.



PASS-THROUGH CAMBIAL E DINÂMICA DE PREÇOS NO E-COMMERCE BRASILEIRO

Isabela Oliveira Ferreira

Graduanda em Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *Campus* Governador Valadares. E-mail: oliveira.isabela@estudante.ufjf.br.

Thiago Costa Soares

Professor do Departamento de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *Campus* Governador Valadares. E-mail: thiago.costa@ufjf.edu.br.

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas, as políticas macroeconômicas, as novas regulamentações e o progresso tecnológico têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento do comércio eletrônico. No Brasil, o comércio eletrônico cresceu 12% em 2018. Neste período, o faturamento do comércio eletrônico alcançou R\$ 53,2 bilhões, com 58 milhões de usuários que realizaram ao menos uma compra *online* (Ebit, 2019). Esses números evidenciam a relevância do comércio eletrônico no país. Por essa razão, diversas pesquisas buscam examinar os principais determinantes dos preços dos produtos vendidos *online* (Faria *et al.* 2010; Gorodnichenko e Talavera, 2017; Amorim e Resende, 2023). Entre os principais fatores que afetam os preços desses produtos, destaca-se a taxa de câmbio. Nesse sentido, este estudo busca examinar o repasse da taxa de câmbio para os preços do comércio eletrônico doméstico no Brasil, entre 2012 e 2018. Adicionalmente, analisa-se a influência da abertura comercial, do nível de atividade econômica e da incerteza sobre os preços, no curto e no longo prazo.

OBJETIVOS: Objetiva-se analisar a relação de curto e longo prazo do repasse cambial para os preços do comércio eletrônico no Brasil, no período de 2012 a 2018.

METODOLOGIA: Para avaliar o *pass-through* cambial para os preços do comércio eletrônico, considera-se o modelo *Autoregressive Distributed Lag* (ARDL), adequado para séries temporais e para variáveis que têm diferentes ordens de integração. Além disso, esse método permite a estimativa de relações de curto e longo prazo de forma mais eficiente. A variável dependente considerada é o índice de preços FIPE-Buscapé, que mede a variação de preços no mercado digital brasileiro, fornecido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), através da plataforma Buscapé. Entre os regressores, destacam-se: a taxa de câmbio nominal, coletada do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que expressa o valor do real em relação ao dólar; o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), um indicador que reflete o nível de atividade econômica brasileira e que serve como proxy para os níveis de produção; o Índice de Incerteza da Política Econômica brasileira (EPU), que busca refletir o nível de incerteza econômica; e, o “Índice de Abertura Comercial (IAC)”, elaborado para medir a influência dos fluxos do comércio internacional sobre os preços.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ESPERADOS: Segundo o referencial teórico, espera-se o efeito de um *pass-through* incompleto, corroborando resultados internacionais e nacionais encontrados, de que os preços *online* oscilam menos do que a taxa de câmbio (Gorodnichenko e Talavera, 2017; Amorim e Resende, 2023). Também espera-se que a casualidade vai da taxa de câmbio aos preços do comércio eletrônico. Em relação ao índice que serve como *proxy* para os níveis de produção, IBC-Br, tem-se que,



conforme a lei da oferta, há uma relação positiva entre preços e quantidade produzida (Mankiw, 2021). Assim, espera-se que os preços variem positivamente com maior nível de atividade econômica. Para o índice de abertura comercial, antecipa-se uma relação inversa com os preços on-line: um alto nível de abertura comercial, provoca maior competitividade entre as empresas e preços, fazendo com que haja queda nos preços domésticos. Já para o índice de incerteza da política econômica, aguarda-se também uma relação inversa, uma vez que quando a incerteza econômica aumenta, desmotiva investimentos e inibe a produção por parte das empresas, o que pressiona o aumento de preços.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: De acordo com Amorim e Resende (2023), as oscilações cambiais alteram os custos de importação e produção, bem como influenciam a competitividade das empresas nacionais, que repassam, em algum grau, essas variações para os preços finais dos produtos. Portanto, entender a relação entre os preços no comércio eletrônico e a taxa de câmbio é relevante tanto para varejistas quanto para consumidores que atuam no mercado digital. O uso do modelo ARDL permite analisar essas relações de curto e longo prazo, apresentando informações relevantes sobre o setor digital. À vista disso, busca-se examinar se há um *pass-through* incompleto para os preços do comércio eletrônico brasileiro, tanto como analisar a existência de uma precedência temporal da taxa de câmbio em relação aos preços online, quanto a possibilidade de arbitragem no comércio eletrônico brasileiro com base da taxa de câmbio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMORIM, Daniel Penido de Lima; RESENDE, Marcelo. Exchange Rate Pass-Through to Brazilian E-Commerce Prices. *Global Journal of Emerging Market Economies*, [S. l.], p. 1-19, 2023.

EBIT|Nielsen. Webshoppers: 39ª edição. São Paulo: Ebit|Nielsen, 2019. Disponível em: <http://www.medsobral.ufc.br/pdf/Webshoppers_39.pdf>.

FARIA, Evandro Rodrigues de et al. Fatores determinantes na variação dos preços dos produtos contratados por pregão eletrônico. *Revista de Administração Pública*, [S. l.], p. 1-24, 2010.

GORODNICHENKO, Yuriy; TALAVERA, Alexandre. Price setting in online markets: Basic facts, international comparisons, and cross-border integration. *American Economic Review*, [S. l.], p. 1-77, 2017.

MANKIW, N G. Princípios de microeconomia. 4th ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. E-book. p.II. ISBN 9786555584158. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555584158/>>.



RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE REGIONAL

Quéren Victória Gonçalves dos Santos

Graduanda em Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* Governador Valadares. E-mail: queren.victoria@estudante.ufjf.br.

Thiago Costa Soares

Professor do Departamento de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* Governador Valadares. E-mail: thiago.costa@ufjf.edu.br

INTRODUÇÃO: A expansão do papel do Estado na economia, principalmente após a Grande Depressão de 1929, resultou na discussão de teorias a respeito da relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico. Algumas hipóteses sugerem que o aumento dos gastos governamentais pode estimular a renda nacional, enquanto outras argumentam que esses gastos podem gerar custos adicionais e desequilíbrios financeiros (Ertekin e Bulut, 2021). O uso dos gastos públicos como política fiscal é comum em economias emergentes para estimular a atividade econômica, porém, os resultados de trabalhos empíricos variam conforme os diferentes modelos utilizados e as especificidades produtivas de cada país (Olaoye et al., 2020). No contexto brasileiro, alguns estudos se mostram conflitantes: enquanto uma parte da literatura aponta para uma relação negativa entre gastos públicos e crescimento econômico, outras pesquisas indicam que os investimentos públicos podem gerar efeitos positivos a longo prazo. Além disso, as disparidades sociais e políticas das grandes regiões do Brasil tornam necessária uma análise regionalizada, uma vez que o Brasil possui dimensões continentais e a administração desses recursos é específica para as demandas e necessidades de cada localidade.

OBJETIVOS: O objetivo dessa pesquisa é analisar as possíveis relações de curto e longo prazo entre os gastos públicos e o crescimento econômico para as grandes regiões do Brasil.

METODOLOGIA: Para essa análise, adotou-se o modelo *Autoregressive Distributed Lag* (ARDL). A escolha deste modelo se justifica pela sua ampla utilização em séries temporais, bem como pela sua eficiência em capturar relações de causalidade e verificar a cointegração entre variáveis, tanto em nível quanto em primeira diferença. Além disso, o ARDL permite análises de curto e longo prazo e controla o efeito da endogeneidade dos resíduos, melhorando a robustez da análise (Pagani et al., 2022). Foram utilizados dados anuais do Produto Interno Bruto (PIB) e das despesas orçamentárias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, durante o período de 1995 a 2019. Os dados foram extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

RESULTADOS ALCANÇADOS/ESPERADOS: Com base na teoria econômica, espera-se que, no curto prazo, haja uma relação positiva entre o aumento das despesas públicas e o crescimento econômico em todas as regiões do Brasil, conforme a teoria keynesiana, que destaca o efeito multiplicador dos gastos. Nesse contexto, Martin Feldstein, crítico da teoria keynesiana, também concorda que, se os agentes perceberem os aumentos como temporários, eles podem estimular o consumo e a renda no curto prazo. No entanto, no longo prazo, as regiões Sudeste e Sul, com os maiores PIB's do país,



tendem a sofrer maior influência da Lei de Wagner, que sugere que o crescimento da renda impulsiona a demanda por maiores despesas públicas. Por outro lado, nas regiões Nordeste e Norte, a expansão das despesas públicas pode resultar em perda de eficiência produtiva, conforme as estimativas de Olaoye *et al.* (2020), que, ao analisar a ECOWAS não encontrou uma relação significativa entre gastos públicos e crescimento em contextos de fragilidade econômica. Quanto ao Centro-Oeste, no longo prazo, espera-se um efeito contracionista, com base na visão expectacional de Feldstein, que sugere que o aumento permanente das despesas pode reduzir o consumo devido à expectativa de futuro aumento de impostos (Rocha e Giuberti, 2007).

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: A discussão sobre a expansão do Estado junto à evolução dos gastos públicos, resultou em teorias divergentes sobre a direção da causalidade entre os gastos governamentais e o crescimento econômico. Nesse contexto, entender essa relação é essencial para o desenvolvimento de políticas econômicas eficazes. Este estudo visa contribuir para a literatura existente ao examinar as características geográficas, estruturais e produtivas das regiões brasileiras. Os resultados esperados sugerem que nas regiões mais desenvolvidas como Sudeste e Sul, o crescimento da renda estimule as despesas no longo prazo, enquanto nas regiões Norte e Nordeste, com maior fragilidade econômica, o efeito pode ser negativo. Para o Centro-Oeste, pode haver um efeito contracionista no longo prazo. A análise é realizada por meio do modelo ARDL para identificar relações de curto e longo prazo e a direção de causalidade entre as variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ERTEKIN, Şaban; BULUT, Şahin. The relation of public expenditures with economic growth in OECD Countries. *Yönetim ve Ekonomi Dergisi*, v. 28, n. 1, p. 187-203, 2021.

OLAOYE, Olumide Olusegun; ORISADARE, Monica; OKORIE, Ukafor Ukafor. Government expenditure and economic growth nexus in ECOWAS countries: A panel VAR approach. *Journal of Economic and Administrative Sciences*, v. 36, n. 3, p. 204-225, 2020.

PAGANI, Pedro Augusto Silva; FIRME, Vinícius de Azevedo Couto; SANTOS, Matheus de Assis Duarte. Determinantes da demanda do setor automobilístico brasileiro: uma análise empírica. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 52, n. 03, p. 613-645, 2022.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. *Economia Aplicada*, v. 11, p. 463-485, 2007.



UMA ANÁLISE DOS EPISÓDIOS DE DESANCORAGEM DAS EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO NO BRASIL

Maria Eduarda Cavalcante de Almeida

Graduanda em Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* de Governador Valadares. E-mail: mariaeduardacaalmeida@hotmail.com.

Lukas Sabioni Lopes

Professor do Departamento de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* de Governador Valadares. E-mail: lukas.lopes@ufjf.br.

INTRODUÇÃO: A literatura no campo da política monetária conceitua ancoragem das expectativas inflação de formas variadas. Em uma delas, como explicado por Bernanke (2007), quando uma economia enfrenta um período de choque inflacionário, mas com expectativas de inflação em longo prazo razoavelmente estáveis, isso indicaria boa ancoragem. Porém, se houvesse uma rápida e forte revisão das expectativas em resposta a um aumento de inflação, isso refletiria expectativas mal ancoradas. No caso do Brasil, as duas principais formas de medir as expectativas de inflação são os indicadores do relatório Focus, coletados pelo Banco Central do Brasil (BCB), e a negociação de títulos públicos que são atrelados à inflação (Weber, 2011). Além disso, o Brasil segue o sistema de metas de inflação desde 1999, o que facilita a realização de análises empíricas a respeito da desancoragem das expectativas.

OBJETIVOS: O objetivo do trabalho é estudar as causas dos episódios de maior desancoragem das expectativas de inflação na economia brasileira, entre os anos de 2003 e 2024.

METODOLOGIA: O trabalho utilizará dados das cotações das Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional Série-B (NTN-B) para estimar as expectativas de inflação de mercado para três anos à frente, com foco nos anos de 2003 a 2024; bem como as expectativas do relatório Focus para 12 meses à frente, no mesmo recorte temporal. Desta forma, será possível analisar se há alguma diferença nos padrões da desancoragem das expectativas de inflação em ambos os horizontes de tempo.

RESULTADOS ALCANÇADOS/ESPERADOS: Ao definir a desancoragem como os períodos em que as expectativas de inflação superam o limite superior da meta, foram caracterizados três episódios de grave piora do contexto inflacionário, a saber: de setembro de 2003 a outubro de 2005; de junho de 2013 a junho de 2016; e de março de 2021 a junho de 2023. Percebe-se, portanto, que tais períodos são de longa duração, podendo ultrapassar dois anos. Isto reflete a dificuldade adicional em se controlar a inflação em situações de forte aceleração dos preços e de perda de credibilidade da política monetária, características comuns aos períodos de forte desancoragem. Nestes casos, a taxa básica de juros precisa ser elevada mais fortemente e por um longo intervalo. É esperado que haja uma desancoragem das expectativas de inflação em períodos que houve mudanças na política monetária ou trocas na presidência do Banco Central, já que uma boa política monetária gera boa ancoragem na economia. Além disso, espera-se que, nesses períodos de desancoragem, tenha sido notado uma inflação efetiva do período superior à meta, apontando que as expectativas são auto realizáveis, como muitas vezes é apontado na literatura.



CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Como conclusão, percebe-se um padrão nos dados de que as expectativas de mercado são, em média, superiores às do relatório Focus, mesmo sendo elas relativas a um horizonte mais longo, de três anos. Ademais, ambas as séries de tempo apresentam consideráveis volatilidades, o que indica uma dificuldade por parte do BCB em produzir maior ancoragem das expectativas de inflação no país. Nos casos de graves desancoragens, verifica-se que os desvios inflacionários se situam facilmente acima de 1.5 ou dois pontos percentuais. Conclui-se, assim, que o processo de ancoragem das expectativas de inflação, seja a curto ou a longo-prazo, ainda está em construção por parte BCB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERNANKE, B.S. Inflation Expectations and Inflation Forecasting. [S. l.], 2007. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/newsevents/speech/bernanke20070710a.htm>. Acesso em: 15 nov. 2024.

WEBER, Marcelo. Inflação futura: uma análise comparativa entre as expectativas do focus e as inflações implícitas nos títulos públicos. 2011. PhD Thesis[s. l.], 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8489>. Acesso em: 9 out. 2024.



MEDIDAS TBT E SPS E O DESEMPENHO DOS PAÍSES NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Maria Eduarda Campos Werneck

Graduanda em Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* Governador Valadares. E-mail: 16598136628@estudante.ufjf.br.

Carolina Rodrigues Correa Ferreira

Professora do Departamento de Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora, *campus* Governador Valadares. E-mail: carolina.correa@ufjf.br.

INTRODUÇÃO: Diante das mudanças na dinâmica comercial da economia mundial, impulsionadas pela globalização, a fragmentação das cadeias produtivas em Cadeias Globais de Valor (CGVs) surgiu como uma nova forma de comercialização. Nesse modelo, cada etapa da produção é realizada pelas nações com maior eficiência e menor custo, permitindo que os países se especializem nas etapas que possuem vantagens comparativas. Diante disso, as barreiras comerciais e o protecionismo podem configurar um importante obstáculo à participação dos países nas CGVs e dificultar o funcionamento das mesmas (Wang *et al.*, 2019). Isso ocorre devido à grande interdependência e integração produtiva, cenário no qual uma política comercial restritiva reflete em todas as etapas subsequentes da cadeia. Em particular, as medidas não tarifárias, como as TBT e SPS, têm efeitos ambíguos: quando restritivas, atuam como barreiras, gerando custos adicionais, quando informativas, podem facilitar o comércio ao garantir a maior qualidade dos produtos.

OBJETIVOS: O objetivo do trabalho foi analisar o impacto da imposição de medidas TBT e SPS no desempenho dos países nas CGVs.

METODOLOGIA: A análise foi realizada por meio da estimação de uma equação baseada no modelo gravitacional de comércio. Com relação aos dados, utilizou-se a base de dados Trade in Value-Added (TiVA), desenvolvida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que fornecem informações sobre os fluxos de comércio bilateral em valor adicionado, mostrando a contribuição de cada país para o valor final, eliminando múltiplas contagens que ocorrem ao analisar apenas o valor bruto das importações e exportações. Utilizou-se dados agregados dos setores de agricultura, silvicultura e pesca e produtos manufaturados. Os dados das medidas TBT e SPS adotados para os referidos setores, foram coletados para o período de 1995 a 2019, na base wiiw NTM Data, desenvolvido por Ghodsi e Reiter (2017).

RESULTADOS ALCANÇADOS/ESPERADOS: Como hipótese inicial esperava-se que as medidas TBT e SPS impactassem positivamente as exportações devido à padronização, garantia de qualidade e confiabilidade que conferem aos produtos, no entanto, os resultados mostraram que elas afetaram negativamente o valor adicionado nas exportações dos setores analisados. A explicação para esses resultados pode residir na necessidade de maior agilidade e menores custos nas transações comerciais exigida pela produção em cadeias. É evidenciado por Ferreira e Moraes (2022) que a redução das barreiras tarifárias, não tarifárias e alfandegárias, a liberalização dos serviços, dentre outros, representam aspectos fundamentais na competição dentro das CGVs. Oliveira



(2015) e Wang *et al.* (2019) confirmam essa visão, afirmando que a produção em cadeias demanda grande liberdade comercial. Portanto, a adoção de medidas TBT e SPS desestimulariam a participação de determinados países em determinadas etapas. Apesar disso, quando por objetivos legítimos, tais medidas são indispensáveis.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Com o avanço da globalização, as cadeias de produção, antes concentradas internamente nos países, fragmentaram-se em etapas distribuídas entre diferentes nações, formando as Cadeias Globais de Valor (CGVs). Nesse contexto de interdependência produtiva, o protecionismo pode ser um obstáculo significativo à participação dos países nas CGVs. Medidas não tarifárias, como as TBT e SPS, podem atuar de forma ambígua: restritivas, gerando custos adicionais, ou informativas, promovendo o comércio pela garantia de maior qualidade dos produtos. O trabalho analisou o impacto de tais medidas no desempenho dos países nas CGVs, medido pelo valor agregado doméstico nas exportações entre 1995 e 2019, por meio de um modelo gravitacional de comércio. Os resultados mostraram que essas medidas reduziram o valor adicionado nas exportações dos setores de agricultura, silvicultura, pesca e manufatura no período analisado. Conclui-se, portanto, que é crucial evitar medidas desnecessárias ou meramente protecionistas, preservando apenas aquelas com objetivos legítimos para maximizar a eficiência produtiva global e garantir a fluidez das CGVs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERREIRA, Carolina Rodrigues Corrêa; MORAES, Victor Ramon Oliveira. Fatores internos e seus impactos no desempenho dos países nas Cadeias Globais de Valor. **Revista de Economia**, v. 43, n. 82, p. 808-829, 2022.

GHODSI, Mahdi; GRÜBLER, Julia; REITER, Oliver; STEHRER, Robert. **The evolution of non-tariff measures and their diverse effects on trade**. Wiiw Research Report, 2017.

OLIVEIRA, Susan. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. 2014. 223 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

WANG, Xiaosong; ZHEXI, Liu; YUE, Lv; CHUNMING, Zhao. Trade barriers and participation in the global value chain: An empirical study based on Anti-dumping toward China. **China & World Economy**, v. 27, n. 2, p. 86-106, 2019.